

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIANA OLIVEIRA UDRE VARELA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR
(TOD) NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Mariana Oliveira Udre Varela

Título do trabalho: INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR (TOD) NA EDUCAÇÃO BÁSICA

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira**,
Professora do Magistério Superior, em 19/09/2022, às 18:58, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA OLIVEIRA UDRE VARELA, Discente**, em 10/10/2022, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3201757** e o código CRC **A463111E**.

MARIANA OLIVEIRA UDRE VARELA

Inclusão de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) na Educação Básica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Lopes de Oliveira

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Varela, Mariana Oliveira Udre
Inclusão de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) na Educação Básica [manuscrito] / Mariana Oliveira Udre Varela. - 2022. XXVII, 27 f.

Orientador: Profa. Dra. Fabiane Lopes de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2022.

1. Inclusão escolar. 2. Transtorno Opositor Desafiador. 3. Ensino Aprendizagem. 4. Educação Básica. 5. Formação de professores. I. Oliveira, Fabiane Lopes de, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos doze dias do mês de setembro do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR (TOD) NA EDUCAÇÃO BÁSICA", de autoria de Mariana Oliveira Udre Varela, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Prof^a. Dra. Fabiane Lopes de Oliveira (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araújo (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michell Pedruzzi Mendes Araújo, Professor do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3179407** e o código CRC **A4D06AC6**.

Referência: Processo nº 23070.049685/2022-88

SEI nº 3179407

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que nunca me abandona e me sustenta.

Ao meu pai Elmodam Varela, que deixou este mundo no início de abril deste ano, mas que sempre me apoiou em todas as minhas escolhas e em meus passos, nunca me julgou e esteve ao meu lado em todos os momentos. Desejo que você, de onde estiver, veja que eu consegui!

À minha mãe Terezinha Varela, que me incentivou nos momentos de exaustão, nunca desacreditou de minha capacidade, foi parceira quando precisei.

À minha professora orientadora Dra. Fabiane Lopes de Oliveira, sempre dedicada, atenciosa e paciente mesmo em meio aos meus problemas e confusão. Ao professor Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araújo, que aceitou o convite para fazer parte de minha banca examinadora. A todos os professores que passaram por minha jornada de formação: sou e cheguei pela contribuição de cada um!

À Escola Monteiro Lobato e aos seus colaboradores que se dispuseram a me guiar e foram essenciais nesse caminhar. À minha primeira coordenadora e orientadora de profissão e de vida, Maricely Durando. Grande parte do que sei de vivência escolar foi sob sua direção. Sou eternamente grata por me acolher, inspirar-me e aconselhar.

A todos os meus amigos que estiveram sempre comigo, suportando meus desabafos, distraíndo-me e até repreendendo quando preciso. Grupinho do Avelar, Clube da Luluzinha, Meninas da Esquina e alguns outros grupos sequer nomeados, vocês são meus acalantos em momentos difíceis e foram essenciais em minha vida.

À Bruna Damaso, Roberta Gomes, Lucas Galvão, João Paulo Fernandes, Amanda Peregrine e Maria Eduarda Freitas, que choraram meu choro e se alegraram com a minha alegria, resgataram-me nas piores fases e me abraçaram.

À Associação Atlética Acadêmica de Pedagogia da UFG, Malcriada, seus membros e todo o aprendizado, experiência e diversão que me trouxe. Passar por esse processo universitário não seria tão bom se vocês não estivessem comigo.

A todos os meus familiares, inclusive aqueles do peito, que sempre estiveram em meu caminho. Em especial, Melissa Udre, que mesmo distante se faz presente.

À Secretaria do curso de Pedagogia por sua cooperação.

A todos que colaboraram para a produção deste trabalho e o meu crescimento.

Na sociedade atual, a formação plena é impossibilitada, mas, para a psicologia, a gente só se forma se tiver contato com esses outros “eus” diferentes. O sujeito que não aceita a diferença, assim, é mal formado.

Marian Dias

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a forma pela qual o processo de ensino aprendizagem interfere e facilita a inclusão e o desenvolvimento de alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD). Igualmente, intenta compreender acerca do transtorno e de suas especificidades, examinar de que forma o processo de ensino aprendizagem e a inclusão podem ocorrer em sala de aula com os alunos com TOD. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica baseada em estudos, pesquisas e fontes teóricas acerca da temática. Pressupõe-se que o tema e a sua pesquisa na área da educação são fundamentais para que evolua ao ponto de se ter algo concreto. Dentre as principais referências discutidas neste trabalho, há Pereira e Saraiva (2017), Mendes (2006), Teixeira (2014), Lima (2002), Mantoan (2003), entre outros citados. Sendo assim, o presente trabalho trará uma reflexão no tocante à importância e à necessidade de estudos a respeito do TOD e à formação de professores mais capacitados, além de escolas que incluem de forma plena.

Palavras-chave: Inclusão. Inclusão escolar. Transtorno Opositor Desafiador. Ensino Aprendizagem. Educação Básica. Formação de professores. Escola.

INCLUSION OF CHILDREN WITH OPPOSITIONAL DEFIANT DISORDER (ODD) IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

This work aims to analyze the way in which the teaching-learning process interferes and facilitates the inclusion and development of students with Oppositional Defiant Disorder (ODD). Likewise, it tries to understand about the disorder and its specificities, examine how the teaching-learning process and inclusion can occur in the classroom with students with ODD. This is a qualitative research of the bibliographic type based on studies, research and theoretical sources on the subject. It is assumed that the theme and its research in the area of education are fundamental for it to evolve to the point of having something concrete. Among the main references discussed in this work, there are Pereira and Saraiva (2017), Mendes (2006), Teixeira (2014), Lima (2002), Mantoan (2003), among others mentioned. Therefore, the present work will bring a reflection regarding the importance and the need for studies regarding TOD and the formation of more qualified teachers, as well as schools that fully include it.

Keywords: Inclusion. School inclusion. Oppositional Defiant Disorder. Teaching Learning. Basic education. Teacher training. School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A INCLUSÃO E O TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR.....	16
1.1 A INCLUSÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS.....	16
1.2 O TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR.....	19
2. PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TOD.....	22
2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TOD.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Consideradas como teimosas, ressonantes, agressivas, revoltadas, mimadas, comportamentos esses negativos muitas vezes ligados à sua personalidade, as crianças com o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) são percebidas nos primeiros anos de vida quando se sentem extremamente contrariadas. Porém, devido a esse transtorno não afetar diretamente a aprendizagem do indivíduo, visto que não demonstra limitações cognitivas ou físicas que o impeçam, mas sim o comportamento diferenciado, a falta de conhecimento acerca do problema e a falta de formação docente, muitas vezes, leva o portador a ser negligenciado, podendo conduzir ao fracasso escolar.

É imprescindível que o professor e o corpo escolar identifiquem o problema, ajam com cautela, ademais analisem quais as maiores dificuldades do aluno e investiguem acerca de sua vida, tendo um contato direto e claro entre escola e família. A escola pode favorecer a aprendizagem do aluno com ações pedagógicas voltadas ao seu desenvolvimento social, emocional e escolar, despertando interesse. Utilizar materiais lúdicos, jogos e brincadeiras pode ser um grande estimulante para essa criança.

O assunto em questão evidencia a necessidade de discussão pela grande falta de informações que o cerca. Decorrente da dificuldade em lidar e em compreender comportamentos considerados “fora dos limites” de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD), essas são encaradas como problema em questões escolares, além de socialização, relacionamentos, muitas vezes atrapalhando aulas e acarretando implicasções, sendo isoladas ou até vítimas de bullying.

Assim, é necessário que o professor tenha conhecimento acerca do assunto para identificar o problema, manter um diálogo com escola e família e poder ajudá-lo tanto em seus conflitos quanto em sua vida escolar, procurando algo que lhes desperte interesse de forma lúdica, utilizando jogos e brincadeiras que os ensine a lidar com diversas situações.

Diante dessa questão, a pergunta de pesquisa que se coloca é: de que forma e como trabalhar o processo ensino aprendizagem em crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD)?

Como hipótese à questão norteadora, levantaram-se as seguintes propostas: o professor necessita conhecer e estudar a respeito do Transtorno Opositor Desafiador (TOD) para que consiga identificar e lidar com o comportamento do aluno; o corpo escolar e a família precisam estar alinhados para que a criança com TOD não tenha problemas quanto a relacionamentos, bullying e fracasso escolar; e os jogos e brincadeiras educativas são essenciais para o aprendizado e desenvolvimento tanto escolar quanto emocional da criança com TOD.

O objetivo geral do tema pesquisado foi analisar a forma com que o processo de ensino aprendizagem interfere e facilita a inclusão e o desenvolvimento de alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD). Como objetivos específicos, propuseram-se: compreender acerca do Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e suas especificidades com relação à inclusão escolar; analisar de que forma o processo de ensino aprendizagem pode ocorrer em sala de aula com os alunos com TOD e examinar como a inclusão de alunos com TOD pode ocorrer levando em consideração a relação corpo escola-família-aluno.

Para a produção deste trabalho de conclusão de curso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa. De acordo com Lima e Miotto (2007), esse tipo de apresenta-se ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa e, para isso, mostram-se necessários: extrema dedicação, observância das etapas, muita leitura, fazer-se questionamentos e ter um olhar crítico sob o material bibliográfico.

Segundo Gil (2002), pesquisa nada mais é que um procedimento racional e sistemático requerido quando não se tem informações suficientes ou está em estado de desordem. Tem como objetivo responder aos problemas propostos, sendo produzida em fases desde a formulação do problema até a apresentação de resultados de acordo com métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

Ainda, segundo o autor, para elaborá-la é necessário inicialmente um planejamento, ou seja, um “[...] processo sistematizado mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas” (GIL, 2002, p. 19), concretizando-se através do desenvolvimento de um projeto com objetivos da pesquisa, justificativa da realização, modalidade de pesquisa e com procedimentos de coleta e de análise de dados determinados.

A fim de realizar um levantamento a respeito da temática ora apresentada neste trabalho de conclusão de curso, deu-se uma busca em bases de dados para a identificação de artigos, teses e dissertações que já foram desenvolvidas a partir de algumas similaridades ou de aproximação com o tema.

Os descritores para a realização dessa busca foram: Ensino aprendizagem; Inclusão; Transtorno Opositor Desafiador (TOD). As bases consultadas foram Scielo, Portal de Periódicos do CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e, por fim, por poucos resultados encontrados, Google Acadêmico.

Na base da Scielo, em que é possível encontrar artigos científicos produzidos e publicados em revistas indexadas, não foram identificados os três descritores juntos. Dessa forma, efetivou-se nova busca somente com o descritor TOD, sendo encontrado um artigo, cujo título é “Estresse e adaptação psicossocial em mães de crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade” dos autores Andressa HenkeBellé, Ana Cristina Andreazza, Jan Ruschel e Cleonice Alves Bosa, publicado na Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 22, no ano de 2009, que estava sendo escrita a respeito do resultado da investigação sobre o estresse parental em mães de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), de crianças com TDAH e comorbidade com o TOD, e com desenvolvimento típico, além das possíveis correlações do estresse parental com as estratégias de coping, apoio social e severidade do TDAH. Sendo assim, o artigo não contempla a temática do presente trabalho.

Com os descritores: Ensino aprendizagem; Inclusão, encontraram-se 88 artigos. Desses, selecionaram-se, de forma a aproximar a temática da pesquisa, dois artigos. O primeiro tem como título “Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros” das autoras Priscila Benitez e Camila Domeniconi, publicado na Revista Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 35, no ano de 2015. O manuscrito mapeia estudos brasileiros publicados em periódicos nacionais que investigaram a atuação dos agentes educacionais em relação à inclusão escolar, além de discutir suas principais contribuições no processo. O estudo trouxe dados que refletem sobre a importância do papel de tais agentes de forma a assegurar o processo de ensino e aprendizagem de todos os aprendizes.

O segundo artigo tem como título “Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular” das autoras Teresa Cristina Coelho dos Santos e Lúcia de Araújo Ramos Martins, publicado na Revista Brasileira de

Educação Especial, vol. 21, no ano de 2015. Trata-se de um relato de pesquisa que objetivou investigar práticas pedagógicas de professores em uma escola pública municipal de Natal/RN, frente a alunos com Deficiência Intelectual (DI), matriculados em anos iniciais do Ensino Fundamental. O artigo foi escolhido por possuir dados que apontam a utilização de poucas estratégias que possibilitem avanços na aprendizagem desses alunos. Mostra a necessidade de investimento na formação de professores e de todos os agentes educacionais numa perspectiva inclusiva, a utilização de procedimentos e de adequações curriculares em sala de aula, de maneira mais compatível com as necessidades dos educandos, além de um trabalho em parceria com docentes de Salas de Recursos Funcionais e com as famílias.

No Portal de Periódicos da CAPES, com nova pesquisa com o descritor TOD, encontraram-se 13 artigos; no entanto, com relação específica ao TOD, nenhum que se mantivesse estritamente ligado ao tema por não ser científico, pois ninguém estudou nada parecido. Assim, as referências teóricas serão pontuais em relação ao assunto.

Desse modo, como já dito, por poucos resultados encontrados para o trabalho, a pesquisa dos três descritores juntamente no Google Acadêmico, computou 1840 resultados, dos quais foram inicialmente verificados os títulos e, pela relevância e compatibilidade com a presente temática, selecionaram somente dois artigos.

O primeiro artigo tem como título “A inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Oposição Desafiante” das autoras Suelen Tavares Godin e Renata da Silva Andrade Sobral, publicado na InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, vol. 25, no ano de 2019. O artigo intentou analisar o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TOD na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará e resultou na reflexão de que a inclusão de um aluno com múltiplos comprometimentos acontece através de um aparato legislativo, sendo estabelecida de uma forma seletiva, levando em consideração que existe uma marginalização entre as deficiências. Assim, o trabalho considerou a inclusão do aluno com TEA e TOD um longo processo direcionado pela dualidade inclusão e exclusão do aluno com deficiência, sobretudo ligado pelas características individuais, temporais e factuais contextuais do ambiente escolar.

O segundo artigo escolhido é uma monografia, apresentada ao Instituto A Vez dos Mestres como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação Especial e Inclusiva, da estudante Tatiane Cristina Gonçalves Da Silva orientada pela professora Fabiane Muniz e co-orientada pela professora Giselle Böger Brand, no ano de 2017, e tem como título “Transtorno Opositor Desafiador - Como enfrentar o TOD na escola”. O trabalho traz características sobre o TOD e reflete a respeito do Transtorno em questão e o dia a dia escolar, no qual é necessário fazer um trabalho significativo com os estudantes acometidos por esse comportamento para que consigam prosseguir com o processo de aprendizagem e melhorem o relacionamento com pais, professores e colegas. Também, trata sobre a necessidade de pesquisa, de conhecimento e de mudanças educacionais por parte da escola e do professor para que possam lidar e trabalhar de melhor maneira com tais estudantes.

Portanto, a revisão de literatura pôde mostrar a escassez de pesquisas e de dados sobre a temática de inclusão de crianças com TOD e suas especificidades frente ao processo de ensino e de aprendizagem, a qual é tão importante para que o estudante com tal transtorno possa se desenvolver de forma satisfatória.

Dessa forma, neste trabalho, primeiramente, far-se-á um breve histórico a respeito da inclusão e da inclusão de crianças no Brasil seguido pela caracterização do TOD. No segundo capítulo, apresentar-se-á como ocorre a formação de professores da área, de que forma o processo de ensino aprendizagem pode ocorrer em sala de aula com esses alunos com TOD e qual o papel da escola nesse processo.

1. A INCLUSÃO ESCOLAR E O TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR

Para ser possível buscar o entendimento a respeito do TOD, é necessário trazer um breve histórico sobre a inclusão e, especialmente, como ela ocorreu no Brasil. Desse modo, a seguir, apresenta-se essa temática a fim de configurar como a inclusão é relevante e com grande incidência na educação atualmente.

1.1 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Para compreender o processo de inclusão, é necessário entender sua história. De acordo com Coma (1992, apud PEREIRA e SARAIVA, 2017, p. 170), as “[...] doenças incapacitantes e deficiências físicas são tão antigas quanto a própria vida”. Para Gugel (2007, apud DICHER e TREVISAM, 2014, p. 3), “[...] não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra”.

Então, Pereira e Saraiva (2017, p. 170) cita que, para o Egito Antigo, tais doenças e deficiências eram trazidas por demônios ou por pecados de outras vidas, de maneira que somente os deuses ou o poder divino representado pelos médicos-sacerdotes conseguiriam tirar o indivíduo de sua agonia, isto é, retirar sua vida.

Ainda conforme Pereira e Saraiva (2017, p. 171), para o mundo greco-romano, no qual era vangloriado o ideal de corpo belo e saudável, aqueles que não o seguiam eram marginalizados. Consequentemente, isso era espelhado na situação dos portadores de deficiências físicas e mentais, até o momento em que, por conta das guerras da época e os inúmeros ferimentos e mutilações, a sociedade foi obrigada a amparar os enfermos que não conseguiam mais garantir seu sustento, assim implantando um sistema de atendimento para esses, sendo considerada a pioneira no ramo da saúde à população e aos portadores de deficiências. Porém, aqueles que nasciam com deficiência ainda não eram amparados, sendo papel dos pais escolherem seu destino, sendo a prática do abandono a mais comum.

Inicia-se, então, o período de segregação a partir da Idade Média com a ascensão do Cristianismo e de seus valores benevolentes, de amor ao próximo, humildade e perdão. As pessoas com deficiência foram colocadas como alvos de

caridade, assim adotando uma postura de amparo aos doentes e aos deficientes. Segundo Mendes (2006, p. 387),

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. [...] o cuidado foi meramente custodial, e a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes.

Dessa forma, foram isolados espacialmente e socialmente por práticas asilares justificadas porque lá seriam mais “protegidos” e “cuidados” se estivessem em ambientes separados como asilos, conventos, hospícios e albergues, que, ainda segundo Mendes (2006, p. 387), funcionavam mais pelo próprio “bem” da sociedade “normal” para protegê-la.

Com o pensamento positivista no século XIX, acreditava-se que as pessoas com deficiências, até então em práticas asilares, estavam gerando custos para o Estado, então inicia-se a ideia de cuidar dessas pessoas com objetivos de reabilitá-las e integrá-las à sociedade. Nesse contexto, segundo Mendes (2006, p. 387)

Paralelamente à evolução asilar, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados.

Portanto, acredita-se que nesse período surgiu a educação especial, porém, ainda por se tratar de instituições educacionais especiais, a ideia ainda era de segregação.

De acordo com os autores acima citados, infere-se que, a partir de 1970, há uma divisão do exercício educacional, separando os indivíduos por diagnósticos em quociente intelectual, nascendo uma pedagogia especializada e institucionalizada. Apesar de ainda existirem escolas especiais e a ideia de segregação, a integração se consolida com o início das classes especiais em escolas regulares, nas quais a criança só se matricularia após ser avaliada por especialistas. O pensamento de que a pessoa com deficiência faz parte da sociedade se fortifica e, desse modo, melhora sua condição social, possibilitando-lhes direitos básicos, como saúde, educação e trabalho.

Na década de 1970, surge uma medida política nos Estados Unidos, causando grande impacto na área assegurando “[...] educação pública apropriada

para todas as crianças com deficiências, instituindo oficialmente, em âmbito nacional, o processo de *mainstreaming*” (MENDES, 2006, p. 389). Logo após, em 1980, ainda nos Estados Unidos, inicia-se um movimento pela educação inclusiva ganhando a mídia em 1990. A ONU, então, declara 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, assim fortalecendo o movimento.

Segundo Omote (1999, p. 9)

[...] a idéia de inclusão se apresenta como um avanço em relação à sua antecessora, enfatizando-se especialmente o redirecionamento do foco de atenção, que antes recaía sobre o deficiente, para o ambiente. Isso implica, na realidade, uma mudança radical na concepção de deficiência.

Trazendo para a perspectiva brasileira, onde o sistema educacional começa a se interessar pelo discurso inclusivo principalmente após os anos 2000, incentivado pelas variadas conferências internacionais, nascem questionamentos sobre o comprometimento escolar e as propostas teórico-metodológicas presentes no ensino. Porém, o protocolo das escolas se resume a enviar o aluno a determinados modelos de ensino adequado e depois realizar sua integração ao ensino regular, assim não assumindo sua responsabilidade em relação à alteração de sua proposta curricular.

Baseado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, de 1994, a perspectiva de educação inclusiva torna-se norte das políticas educacionais brasileiras, como cita Magalhães e Cardoso (2011, p. 19) “[...] a noção de que todas as crianças devem aprender, juntas, na escola”. Dessa forma, o principal intuito do Plano Nacional de Educação (PNE) é adequar ferramentas técnicas para que crianças com deficiência estejam presentes desde o início no ensino regular em conjunto com as demais crianças.

Entretanto, conforme a crítica de Garcia (2008, apud MAGALHÃES E CARDOSO, 2011, p. 20), somente a implementação de medidas técnicas nas políticas educacionais do Brasil não são suficientes para solucionar a defasagem no sistema educacional, sendo assim medidas de inclusão são simplesmente “reparos sociais”. O processo de inclusão é bilateral, ou seja, para se concretizar necessita que a sociedade se adapte em todos os seus aspectos para poder incluir, enquanto as pessoas com deficiência se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Além disso, é estritamente necessária a reformulação do modelo de ensino regular para que a sociedade civil evolua como um todo.

A partir do breve levantamento histórico, passa-se a discorrer sobre o objeto desta pesquisa: o TOD.

1.2 O TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR (TOD)

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5.^a edição) ou DMS-5 (2014, p. 462) define o TOD como:

A. Um padrão de humor raivoso/irritável, de comportamento questionador/desafiante ou índole vingativa com duração de pelo menos seis meses, como evidenciado por pelo menos quatro sintomas de qualquer das categorias seguintes:

1. Com frequência perde a calma.
2. Com frequência é sensível ou facilmente incomodado.
3. Com frequência é raivoso e ressentido.
4. Frequentemente questiona figuras de autoridade ou, no caso de crianças e adolescentes, adultos.
5. Frequentemente desafia acintosamente ou se recusa a obedecer a regras ou pedidos de figuras de autoridade.
6. Frequentemente incomoda deliberadamente outras pessoas.
7. Frequentemente culpa outros por seus erros ou mau comportamento.
8. Foi malvado ou vingativo pelo menos duas vezes nos últimos seis meses.

Nota: A persistência e a frequência desses comportamentos devem ser utilizadas para fazer a distinção entre um comportamento dentro dos limites normais e um comportamento sintomático. No caso de crianças com idade abaixo de 5 anos, o comportamento deve ocorrer na maioria dos dias durante um período mínimo de seis meses, exceto se explicitado de outro modo (Critério A8). No caso de crianças com 5 anos ou mais, o comportamento deve ocorrer pelo menos uma vez por semana durante no mínimo seis meses, exceto se explicitado de outro modo (Critério A8). Embora tais critérios de frequência sirvam de orientação quanto a um nível mínimo de frequência para definir os sintomas, outros fatores também devem ser considerados, tais como se a frequência e a intensidade dos comportamentos estão fora de uma faixa normativa para o nível de desenvolvimento, o gênero e a cultura do indivíduo.

B. A perturbação no comportamento está associada a sofrimento para o indivíduo ou para os outros em seu contexto social imediato (p. ex., família, grupo de pares, colegas de trabalho) ou causa impactos negativos no funcionamento social, educacional, profissional ou outras áreas importantes da vida do indivíduo.

C. Os comportamentos não ocorrem exclusivamente durante o curso de um transtorno psicótico, por uso de substância, depressivo ou bipolar. Além disso, os critérios para transtorno disruptivo da desregulação do humor não são preenchidos.

Enquanto a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde ou CID-10, em sua classificação F91.3, define como:

Transtorno de conduta, manifestando-se habitualmente em crianças jovens, caracterizado essencialmente por um comportamento provocador, desobediente ou perturbador e não acompanhado de comportamentos delituosos ou de condutas agressivas ou dissociais graves (CID-10, 2012, p. 372).

Tal comportamento não é diferente em sala de aula, e o professor pode percebê-lo como um aluno com dificuldades de concentração, relações conflituosas, baixo índice de rendimento escolar, entre outros, podendo testar a paciência e a habilidade do professor para conduzir situações de perturbação da ordem e da agressividade. Sendo assim, a criança em questão pode passar a ser evitada, isolada e sofrer bullying, além de ser tratada como “problema” por não seguir e aceitar regras de forma passiva, podendo ser expulso, também causando fracasso escolar, rejeição da família, constrangimentos e problemas de autoestima.

De acordo com Teixeira (2014, p. 37), as pesquisas sobre os fatores biológicos do Transtorno não são conclusivas, além de que não pode ser realizado diagnóstico com exames laboratoriais ou de imagem. Todavia, cita alguns cenários semelhantes que são apresentados nos pais de crianças diagnosticadas com TOD, como abuso de álcool, cigarro e dificuldades na gestação e parto, assim como crianças com alterações no córtex pré-frontal, doenças crônicas e déficits.

Todavia, tratando de fatores psicológicos, Teixeira (2014, p. 39) afirma que modelos de apego e de aprendizado social podem estar relacionados ao desenvolvimento do TOD, por exemplo, crianças que têm lares extremamente opressores e rígidos, convivendo com violência ou crianças com falta de limites, assim exercendo papel de autoridade. Sobre fatores sociais, o autor demonstra que existe uma ligação entre classe socioeconômica e incidência de casos de TOD, isto é, um cenário onde a criança está mais exposta a fatores de risco, como criminalidade, falta de moradia e estrutura familiar, somado à negligência escolar.

Seguindo a mesma linha, para Luiselli (2005, apud PAULO e RONDINA, 2010, p. 3-4)

[...] compreender as causas do TDO nas crianças é uma iniciativa complicada, já que não existe, aparentemente, uma teoria uniforme da etiologia. Do mesmo modo, como ocorre com a maior parte dos transtornos clínicos, o TDO tem a influência de múltiplos fatores que se encontram inter-relacionados, no sentido de que podem funcionar como variáveis que atuam como causa e variáveis que atuam como efeito. Salientando que existem várias evidências de que o TDO é moldado e mantido pela natureza das trocas mútuas entre a criança e os adultos significativos de seu convívio, começando com os pais e estendendo-se a outras figuras como autoridades. O autor salienta que, quando se aborda o tema das causas, é apropriado levar em conta as características da criança e dos pais, assim como as variáveis (do contexto) situacionais, que podem controlar a qualidade das interações criança/adulto.

O TOD pode aparecer em qualquer etapa da vida, porém é recorrente em crianças e, normalmente, vem acompanhado de outros transtornos associados, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), depressão infantil, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Bipolar, entre outros. Portanto, é necessária análise, cuidado e estudo dos adultos e dos profissionais em seu entorno para que a criança seja encaminhada a um tratamento correto e possa alcançar seu desenvolvimento pleno.

Sobre o tratamento para o TOD, de acordo com Teixeira (2014), mais importante é um diagnóstico precoce e um imediato processo de intervenção para que esse transtorno e outros associados não se tornem compulsões em fases iniciais da vida adulta, como envolvimento com álcool, drogas e anomia social. Vários métodos são indicados durante a fase da criança e até a fase adolescente, em que se acumulam os maiores números de casos. Alguns dos procedimentos são: Tratamento medicamentoso, antipsicóticos, estabilizadores do humor, psicoestimulantes, antidepressivos, tratamento psicossocial, psicoterapia cognitivo-comportamental, terapia familiar, psicoeducação familiar, treinamento de pais, psicoeducação escolar e intervenções escolares.

Dessa forma, o TOD se apresenta como um transtorno complexo que tanto se faz difícil no seu diagnóstico quanto em seu tratamento, mas novas análises demonstram esperança na reversão desse quadro, o uso de novas técnicas para mapear a sua presença e uma nova leva de estudos sobre o assunto. Tudo isso pode trazer uma clareza para cenários ainda nebulosos em relação à prática comportamental.

2. PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TOD

Conforme já citado, o comportamento de alunos com TOD pode ser diferenciado e, muitas vezes, complicado, aumentando as possibilidades de ter grandes dificuldades e conflitos em sala de aula, podendo assim levar até ao fracasso escolar. Nesse viés, mostra-se necessária a formação de professores que compreendam e saibam lidar com a situação.

Portanto, neste capítulo, será analisado como ocorre essa formação, de que forma o processo de ensino aprendizagem pode ocorrer em sala de aula com tais alunos e qual o papel da escola nesse processo. Porém, por escassez de estudos na área, será realizada uma investigação de forma mais geral na área da inclusão e, por conseguinte, no tema específico.

2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TOD

A temática formação de professores tem avanços tanto legislativamente, quanto em relação a estudos voltados à área. Porém, quando se trata especificamente de Educação Especial percebem-se necessários mais aprofundamentos, afinal, de acordo com Lima (2002, p. 40),

[...] a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência.

Como já apontado no capítulo anterior, a legislação confirma a obrigatoriedade na matrícula de todos os alunos em escolas, mas para que ocorra o real atendimento de cada um é imprescindível que a escola ofereça uma equipe preparada e capacitada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº LDB n. 9.394/96 define, no Art. 59, inciso III, que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Por meio dessa concepção, pode-se afirmar que a formação continuada de professores é essencial à qualificação do processo de ensino aprendizagem, pois, através do conhecimento relativo ao assunto, torna-se possível compreender cada aluno com suas especificidades de forma a desenvolver o educador enquanto facilitador e mediador desse processo. Assim, por meio do diálogo e de metodologias desafiadoras, ativas, tecnológicas que visam à valorização do caráter de cooperação, o respeito ao bem comum, a natureza, a ciência e a construção coletiva fortalecem a inclusão. Segundo Matoan (2003, p. 93),

Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que” se ensina e se aprende. Ao nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral de educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular, nos sistemas escolares.

O professor é peça-chave e é na escola que a criança pode socializar com indivíduos de sua faixa etária, criar laços, compreender autoridades, limites e regras, além de aprender sobre conteúdos escolares e sobre diferenças. Dentro da perspectiva escolar, encontram-se indivíduos diferentes com inúmeras realidades, os quais podem também trazer questões sociais, afetivas e emocionais. Diante disso, as escolas passam a ter que lidar com demandas que refletem em problemas comportamentais e de aprendizagem.

Nesse quadro, encaixa-se a criança com TOD. É perceptível o comportamento chamado de disruptivo, desafiador e, muitas vezes, agressivo, com dificuldades em manter seu rendimento escolar, havendo relações conflituosas e até mesmo dificuldades de concentração. Dessa forma, para o professor é bem difícil, uma vez que tal aluno causa um desequilíbrio em sala. Para aquele sem quaisquer transtornos ou necessidades especiais o processo de ensino aprendizagem é complexo, no entanto, para um aluno com TOD, será ainda mais complicado, além de que também pode causar prejuízos à turma num aspecto geral. Teixeira (2014, p. 81) cita que

Na escola, o desempenho está comprometido na maioria das vezes, pois ele não participa das aulas, não realiza trabalhos ou deveres escolares. Entre esses alunos são grandes as incidências de abandono e reprovações.

Isto posto, reforça-se que a escola e o próprio professor deve ter preparo para lidar com a questão, pois ainda de acordo com Teixeira (2014, p. 71-72)

As intervenções escolares são muito importantes no tratamento. Na escola, professores e funcionários podem encontrar mecanismos mais adequados para reintegrar o aluno em sala de aula e no recreio. Técnicas comportamentais podem ser aprendidas para que a promoção e o estímulo de comportamentos aceitáveis do aluno sejam introduzidos e atitudes de desrespeito e agressão sejam desencorajadas.

Considerando todas essas perspectivas, compreende-se que são muitas as dificuldades e os desafios que adornam a temática, porém o quanto se faz necessária a preparação permanente do professor do meio desses alunos, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis para que ocorra de fato a contemplação de suas necessidades e a inclusão, pois conforme Glat e Nogueira (2002, p. 23)

As políticas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar, não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Logo, destaca-se a indispensabilidade de uma formação continuada e qualificação dos professores em sala de aula e escola em um modo geral. Dessarte, é possível analisar que ainda é necessário muito enquanto formação para alcançar de fato a inclusão de alunos no geral e ainda mais de transtornos poucos conhecidos, como o TOD, mas que, ao conquistá-la, favorecerá a todos da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso escolhido ao longo da pesquisa teve como intuito desenvolver uma linha argumentativa que possibilitasse ou não responder ao questionamento inicial: de que forma e como trabalhar o processo ensino aprendizagem em crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD)?

O trabalho deu início ao se estabelecer uma breve ordem cronológica a respeito da história do processo de inclusão, percorrendo a perspectiva brasileira diante da área e da caracterização do TOD. Logo de início, mostrou-se possível ter a percepção de que o desenvolvimento do assunto se sucedeu de forma lenta e, ainda assim, não ocorre de forma totalmente satisfatória. Em seguida, perpassou-se o conceito do TOD segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), também, compreendendo como se dá o aluno com TOD em sala de aula, suas possíveis causas e tratamentos.

O segundo capítulo deu-se a respeito do ensino aprendizagem de crianças com TOD, mais especificamente sobre a formação de professores e a atuação da escola nesse processo de inclusão dessas crianças. Porém, como a temática ainda é escassa em pesquisas, fez-se necessário utilizar o assunto de inclusão de forma mais geral, assim podendo ser capaz de afirmar que a formação dos professores e o posicionamento da escola são cruciais em todo a questão.

A partir do que foi proposto, por conseguinte, pode-se afirmar sobre a escassez de pesquisas na área do TOD e sobre como é fundamental haver mais estudos para maior clareza para cenários ainda tão desconhecidos sobre o transtorno, a prática comportamental e todas as circunstâncias que o envolvem. Igualmente, de que é indispensável a formação de professores mais qualificados e escolas que realmente enxerguem uma inclusão plena para ocorrer o desenvolvimento pleno de tais crianças.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

DISHER, M; TREVISAN, E. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br>>. Acesso em 3 de fevereiro de 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. n.24, p.22-27, 2002.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, 2007.

MAGALHÃES, R. C. B. P; CARDOSO, A. P. L. B; Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, R. C. B. P.(org.). **Educação especial: escolarização política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

OMOTE, S. Normatização, Integração, Inclusão.... **Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos**. UFSC. v. 1, n. 1 jul/dez 1999. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042>>. Acesso em 15 de março de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)**. 10 ed. rev. 4 reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012

PAULO, M.M; Rondina, R.C. Os principais fatores que contribuem para o aparecimento do Transtorno Desafiador Opositor. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 1, p. 1-7, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115154>>. Acesso em 20 de março de 2022.

PEREIRA, J. A; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677>. Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

TEIXEIRA, G. **O Rezinho da Casa: manual para pais de crianças opositoras, desafiadoras e desobediente**. 1 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014.